

Carvalho Rosa, Marcelo. **Sem-terras e sindicalistas: a influência das ações recentes por reforma agrária nas lutas sindicais na zona da mata de Pernambuco.** *Informe final del concurso: Movimientos sociales y nuevos conflictos en América Latina y el Caribe.* Programa Regional de Becas CLACSO. 2002

Disponible en la World Wide Web:

<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/becas/2002/mov/carvalho.pdf>

www.clacso.org

RED DE BIBLIOTECAS VIRTUALES DE CIENCIAS SOCIALES DE AMERICA LATINA Y EL CARIBE, DE LA

RED DE CENTROS MIEMBROS DE CLACSO

<http://www.clacso.org.ar/biblioteca> - biblioteca@clacso.edu.ar

Sem-terras e sindicalistas: a influência das ações recentes por reforma agrária nas lutas sindicais na zona da mata de Pernambuco

Marcelo Carvalho Rosa*

*“No passado foram as Ligas
que começaram a navegar
hoje são os sem terra
não adianta negar
para se entrar na luta
alguém tem que começar”
(Biu da Luz)*

O sindicalismo rural brasileiro teve nos trabalhadores das lavouras de cana-de-açúcar de Pernambuco um de seus pontos de apoio mais fortes. As greves aí realizadas, no final dos anos setenta, reivindicando melhores condições de trabalho, foram as maiores manifestações de trabalhadores rurais da história do país. Com elas os sindicalistas locais se notabilizaram como os mais ativos do país¹. A postura preponderante voltada para questões de ordem trabalhista, que caracterizava a prática política daqueles sindicatos, mudou radicalmente em meados dos anos 90 quando a federação dos trabalhadores na agricultura de Pernambuco – FETAPE – passou a capitanear um expressivo número de ocupações de terra na região canavieira; chegando, em determinados momentos, a suplantiar o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – que tradicionalmente detinha o monopólio desta reivindicação em todo o país.

Como esta alteração de perspectiva e de atuação se processou e quais os seus efeitos para a estrutura sindical de uma das principais federações de trabalhadores rurais do país? Este artigo pretende fornecer algumas pistas para tais questões a partir dos dados de uma pesquisa realizada entre o final de 2002 e meados de 2003 na região da Zona da Mata de Pernambuco. Nas próximas páginas, depois de uma breve apresentação da história da formação do sindicalismo rural em Pernambuco, pretendo reconstituir o processo que levou a FETAPE a ingressar na seara das ocupações de terra, demonstrando que, mais

do que uma estratégia deliberada, este tipo de mudança foi reflexo de um intenso drama social que envolveu gerações distintas de sindicalistas.

Estado das artes: história dos sindicatos e das lutas por terra e salário na Zona da Mata de Pernambuco

A região do litoral de Pernambuco, no nordeste do Brasil, é conhecida geograficamente por Zona da Mata (em referência à Mata Atlântica localizada à costa brasileira). Neste local foram introduzidas as primeiras lavouras de cana-de-açúcar do país ainda no período colonial. Em torno dessa estrutura produtiva (*plantation*) se formou uma oligarquia de grandes proprietários com forte poder econômico. Esses senhores de engenho exerciam enorme influência sobre o Estado brasileiro, tendo como lastro de sua força centenas de milhares de trabalhadores rurais reunidos sob seu comando.

Lutas por terra

Em meados da década de 1950, o sindicalismo rural ainda não havia sido regulamentado do Brasil. Nesse período na cidade de Vitória de Santo Antão na Zona da Mata, um grupo de agricultores que cultivavam suas lavouras em terras arrendadas criou uma associação de plantadores em um engenho chamado Galiléia. Identificada pelos proprietários como uma ameaça a seu poder centenário, a pequena associação foi tenazmente combatida e seus associados ameaçados de expulsão da terra.

Aquilo que era um movimento isolado de um grupo de agricultores, logo passou, pela própria intransigência dos proprietários das terras, a ser um ícone das reivindicações por reforma agrária na região. Associados pela imprensa local com ligas camponesas que haviam sido formadas pelo Partido Comunista na década de quarenta, os plantadores da de Galiléia acabaram por assumir oficialmente o nome de Liga Camponesa e, auxiliados por grupos políticos de esquerda, se ampliaram rapidamente em toda Zona da Mata e em diversos outro estado do país.

A partir desta vinculação entre reforma agrária e grupos de esquerda (vulgarmente chamados de comunistas), setores importantes da igreja católica se envolveram em serviços de formação e orientação de lideranças rurais, nos diversos estados do nordeste, ainda no final dos anos 50. Os grupos organizados pela igreja católica formaram um grande contingente de jovens, por toda a Zona da Mata, os quais, aos poucos, passaram a fundar sindicatos de trabalhadores rurais em diversas cidades. Tais sindicatos deveriam coibir o avanço das ligas. Além da igreja, ironicamente, o próprio Partido Comunista Brasileiro, que nunca chegou a aceitar completamente as alternativas de “revolução camponesa” propaladas no processo de expansão das ligas, passou a investir na

sindicalização rural como uma das formas de penetrar sua política no campo brasileiro².

Nessas disputas, gradualmente foi sendo gestada uma polarização que punha, de um lado, as Ligas Camponesas associadas diretamente com a reforma agrária e, de outro, os sindicatos de trabalhadores rurais que visariam a regulamentação das condições de trabalho nas lavouras. Cabe advertir, no entanto, que as divergências estavam referidas mais ao espectro de orientação teórico dos grupos, do que às suas práticas. O próprio Francisco Julião (1969), que se tornou a principal figura das Ligas, em uma das suas manifestações saudou a criação dos sindicatos de orientação comunista ou religiosa como uma frente aliada às Ligas, incentivando que seus membros também se filiassem aos sindicatos de trabalhadores rurais².

Nos primeiros anos da década de 1960, pressões dos partidos políticos, de setores da igreja católica e das organizações sindicais que começam a se formar, propiciaram condições favoráveis à regulamentação específica da atividade sindical no campo em todo o país. A partir desse período, o número de sindicatos aumentou significativamente, sobretudo em Pernambuco, onde foi criada, associando católicos e comunistas, a Federação dos Trabalhadores na Agricultura de Pernambuco (FETAPE). A expansão e consolidação do sindicalismo rural naquele estado também foram favorecidas pela ascensão, em 1963, ao governo do estado de Pernambuco, de Miguel Arraes, um candidato que teve o apoio tanto das Ligas, como de importantes parcelas do sindicalismo rural.

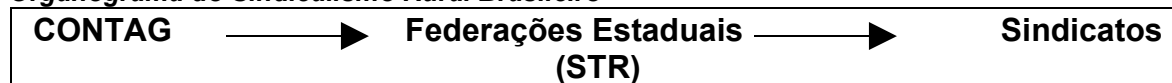
Depois da regulamentação do sindicalismo rural e da criação de uma estrutura estatal que dava apoio à sua formação, as Ligas perderam seu papel de principais protagonistas das reivindicações camponesas, ocupando um lugar secundário, que lhes dava um diminuto poder de barganha política. Esta situação agravou-se mais ainda depois do golpe militar de 1964, quando os principais dirigentes da Ligas foram presos, assassinados ou exilados, como ocorreu com o próprio Julião e com o governador Miguel Arraes. Em meados da década de sessenta as Ligas já faziam parte do passado das organizações rurais.

As lutas por direitos

O gradativo fim das Ligas teve lugar, concomitantemente, com o fortalecimento do sindicalismo rural que, em 1963, criou, sob a chancela do governo federal, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG). A CONTAG seria o único órgão nacional de representação dos trabalhadores rurais ao qual estariam filiadas as federações estaduais (como a FETAPE, por exemplo) que, por sua vez, congregariam os sindicatos municipais. Veja-se o quadro 1:

Quadro 1

Organograma do Sindicalismo Rural Brasileiro



Fonte: CONTAG, 2005.

A CONTAG foi formada com predominância de sindicalistas católicos, mas teve o abono também de grupos comunistas: seu Presidente era de São Paulo e o Vice presidente da FETAPE, isto é, de Pernambuco. Nesse processo de sociogênese institucional ou corporativa as demandas por reforma agrária, mesmo presentes nas principais resoluções do sindicalismo, como pano de fundo em todos os seus manifestos e publicações, deixaram gradativamente de ser uma prioridade prática dos sindicalistas rurais.

Em 1964, logo após o golpe, o governo militar decretou intervenção na CONTAG e em sindicatos de todo o país, afastando as diretorias eleitas. A intervenção durou até 1967, quando um grupo liderado por um sindicalista pernambucano disputou e venceu a chapa dos interventores, numa eleição para a diretoria da entidade. Desde aquele evento, quando se desafiou a ordem imposta pelo governo ditatorial, o sindicalismo rural de Pernambuco se tornou uma referência para todo o país.

Durante o período do governo militar os sindicatos da Zona da Mata de Pernambuco se desvincularam das influências religiosas e, liderados pela FETAPE, marcaram sua atuação basicamente pelas batalhas jurídicas contra os grandes proprietários de terra que desrespeitavam suas obrigações legais para com o empregados. É importante ressaltar que se tratava de um tempo de grande perseguição às lideranças políticas de esquerda no Brasil e que suas ações pela manutenção de direitos trabalhistas se desenrolavam nos tênues limites dos marcos legais postos e impostos pelo governo. Nesta mesma época ainda, dado um suntuoso e inaudito investimento estatal, a lavoura de cana conheceu uma era de grande prosperidade alavancada pelo PROALCOOL, programa governamental de incentivo à cultura de cana-de-açúcar que subsidiava a produção de álcool combustível visando a substituição do petróleo.

O progressivo aumento dos incentivos estatais à produção de cana não foram porém acompanhados de melhorias relativas nas condições de trabalho dos canavieiros. No final dos anos setenta, em 1979, a FETAPE organizou, respeitando todas as exigências legais, a maior greve de trabalhadores rurais da história do país, mobilizando cerca de 250 mil canavieiros na Zona da Mata que se levantaram em busca de seus direitos trabalhistas,

Os acontecimentos de setembro de 1979 serviram como um sinalizador das potencialidades do sindicalismo em mobilizar a enorme massa de trabalhadores da lavoura canavieira, de modo que no ano seguinte uma mobilização ainda maior amealhou os canavieiros em luta. As manifestações de 1979 e 1980 criaram e

consolidaram as greves e as campanhas salariais como o principal instrumento de pressão do sindicalismo rural de Pernambuco e do Brasil. O sucesso das greves da zona canavieira teve grande repercussão na Confederação nacional que propagava e reafirmava o caráter exemplar das ações promovidas naquela região pelos quatro cantos do país. Tavares (1992) demonstra que as greves se tornaram o emblema máximo do sindicalismo nacional, constituindo-se num modelo que deveria ser seguido por todos os estados. Durante a primeira metade dos anos oitenta, sindicalistas de todo o país visitaram a Zona da Mata no período em que eram realizadas as campanhas salariais, para aprenderem como se organizavam greves e campanhas salariais.

O relativo sucesso das reivindicações por melhores condições de trabalho reafirmou a proeminência da FETAPE no sindicalismo rural brasileiro, consagrando também seus dirigentes.

A prosperidade da lavoura canavieira e dos sindicatos manteve-se até o final da década de oitenta. Durante o governo de Collor de Mello (1990-1992) foram cancelados os subsídios à produção de álcool e açúcar e revogada uma série de vantagens concedidas aos produtores de cana como, por exemplo, a garantia de compra pelo governo federal de todo o excedente produzido. Nesta conjuntura, veio mais uma vez à tona a dependência dos grandes produtores de cana-de-açúcar em relação ao Estado. O corte dos incentivos parece ter incidido diretamente sobre a produção. Vejamos a Tabela 1:

Tabela 1

Produção de Cana-de-açúcar entre 1986 e 1995

Safra	Cana colhida (em milhares de toneladas)
86/87	2.5760116
87/88	2.0110600
88/89	2.0499498
89/90	2.1886289
90/91	1.8679260
91/92	1.8328157
92/93	1.7252598
93/94	1.2055938
94/95	1.6955318

Fonte: Sindaçúcar/PE 2003, Recife.

O endividamento da maioria dos produtores contribuiu para que, diante da ausência de subsídios, a produção fosse sendo gradualmente reduzida. Esta queda teve reflexos diretos sobre os trabalhadores rurais. Informalmente os sindicalistas estimam, a partir do número de filiados, que o conjunto dos trabalhadores nas lavouras de cana tenha diminuído de cerca de 240 mil (no tempo das greves dos anos oitenta) para menos de 100 mil (na segunda metade da década de noventa).

Diante deste quadro de arrefecimento dos investimentos públicos no setor, quatorze das principais usinas de beneficiamento de cana foram fechadas ao longo da década³. Muitos dos engenhos onde a cana era plantada ficaram abandonados ou foram entregues aos bancos estatais para o pagamento de dívidas. Ao longo desse processo, estas empresas demitiram seus trabalhadores sem o pagamento de qualquer indenização, alegando não terem fundos para arcar com as despesas contratuais⁴.

A reação inicial dos sindicatos e da FETAPE foi incentivar os trabalhadores, assim como nos anos setenta, a recorrerem à justiça para receber a indenização. No entanto, o endividamento dos donos de terra era tão pesado que grande parte deles não possuía de fato fundos para saldar suas obrigações patronais.

Nesse contexto foi revelado um dos paradoxos que estruturaram a notoriedade dos sindicatos rurais na região. Para que um sindicato tivesse sucesso nas suas demandas o mesmo precisava que elas fossem, de alguma forma, atendidas pelos patrões. Enquanto os incentivos estatais garantiram a boa saúde das oligarquias, os trabalhadores da região conquistaram avanços importantes nas suas condições de trabalho e também na sua remuneração, que era a mais alta de todos os trabalhadores rurais do país. Quando a oligarquia foi atingida no seu principal sustentáculo, o Estado, os trabalhadores e os próprios sindicatos perderam seu ponto de referência.

O MST

O movimento dos trabalhadores rurais sem terra – MST – nasceu nos estados do sul do Brasil em reação a um reconhecido processo de concentração fundiária. Descendentes de colonos europeus, que gradualmente perderam suas poucas terras, capitanearam no final dos anos setenta as primeiras fileiras dessa organização que viria a ser uma das mais emblemáticas contemporaneamente da luta pela reforma agrária.

Críticos à restrita legitimidade das lutas trabalhistas (que podemos para efeitos analíticos nomear como “modelo pernambucano”), sindicalistas, universitários e também religiosos se aliaram a esses agricultores sem-terra e montaram um acampamento formado por barracas de lona preta em uma fazenda no norte do estado do Rio Grande do Sul. Ao princípio, suas manifestações visavam resolver o problema específico de reprodução desse grupo social, para o qual a posse da terra era um elemento central. Com o passar dos anos as

demandas desses chamados colonos foram sendo ampliadas e, em 1984, seus principais líderes fundaram formalmente o MST, cujo objetivo central era lutar pela reforma agrária em todo o país.

No decorrer dos anos oitenta o MST foi se alastrando para outros estados brasileiros e suas manifestações pela desapropriação de latifúndios improdutivos se tornaram o símbolo por excelência da demanda por reforma agrária no país.

A reforma agrária nas mãos do MST ganhou uma forma própria de ser expressa, epitomizada por um conjunto de símbolos políticos tanto peculiares, quanto fortes. O acampamento nas áreas improdutivas, as barracas de lona preta e a bandeira vermelha tornaram-se a marca registrada do grupo. Com esses símbolos, a presença dos sem terra passou a se tornar pública na dupla acepção desse termo: tanto a sociedade começou a reconhecer essas pessoas e suas questões, quanto o Estado precisou assumir que não poderia mais se furtar diante daquelas pressões. A gradativa aceitação, por parte dos órgãos estatais, de algumas demandas do MST contribuiu também para sua consolidação como um representante legítimo dos trabalhadores rurais que se consideravam sem-terra. Nesse processo, a sede do movimento foi transferida de Porto Alegre para São Paulo, o centro econômico do país. Ao mesmo tempo, os acampamentos se proliferaram por várias regiões do país. O MST se organizaria então a partir de uma coordenação nacional, que congregava coordenações estaduais, regionais e municipais.

Conseqüências – para o sindicalismo rural – da concorrência com o MST.

O MST aporta em Pernambuco em 1989, ano da primeira eleição para presidente da república depois do golpe de 1964. Reunindo militantes que estavam nos estados vizinhos e com o apoio de alguns prefeitos municipais, o movimento organizou a ocupação de uma área pertencente ao governo do estado na Zona da Mata. Esta ocupação é considerada atualmente, pelos dirigentes do MST, um fracasso, pois se tratava do governo de Miguel Arraes, uma figura unânime entre os agricultores, que acabara de retornar do exílio. Ao se negar veementemente a atender a solicitação dos sem terra, instalou-se entre o governador e o movimento uma tensão. A principal justificativa do governo à época foi de que o MST não era um representante legítimo dos trabalhadores rurais de Pernambuco, já que suas lideranças vinham de outros estados. A falta de apoio da FETAPE, sem dúvida a única entidade considerada legítima para representar os trabalhadores da região, foi outro fator decisivo para os problemas de interlocução do MST com os representantes do governo de Miguel Arraes.

Poucos dias depois da ocupação, os militantes e as famílias que haviam montado o acampamento foram violentamente removidos pela polícia. Do acampamento todos se transferiram para a frente do palácio do governo, na cidade de Recife. Depois de um longo período de negociações o governo teria

oferecido uma área de terra na região mais árida do estado, para onde as famílias acabaram por se dirigir. A falta de infra-estrutura teria levado os sem-terra a abandonarem a área ofertada, ao longo dos meses seguintes.

O MST somente voltaria à região da Zona da Mata no ano de 1992. Desta feita, ao contrário de 1989, seus militantes procuraram manter contato com os sindicatos de trabalhadores rurais. Diante dos primeiros sinais de queda na produção canavieira e da diminuição dos postos de trabalho na região, a proposta do MST de mobilizar trabalhadores rurais para ocuparem engenhos que não estivessem produzindo soou interessante para os sindicalistas de duas cidades do sul da Zona da Mata. Em ambos os casos os presidentes dos sindicatos, que somente conheciam o MST pela televisão, viram nas suas propostas uma possibilidade plausível para mobilizar os trabalhadores rurais da região.

Segundo um desses dirigentes, da cidade de Rio Formoso, os militantes do MST o haviam procurado para pedir abrigo nas dependências do seu sindicato enquanto estivessem fazendo seu “trabalho de base” na cidade, ou seja, enquanto visitavam as periferias do pequeno município convidando trabalhadores rurais desempregados para participar de uma ocupação de terra. O trabalho dos militantes do MST atraiu a atenção do presidente e também de um pequeno grupo de jovens que ocupavam posições inferiores na hierarquia do sindicato. O que deveria ser apenas uma ajuda do sindicato ao MST se transformou em trabalho conjunto das duas organizações.

Em abril de 1992, no período de entressafra da cana (quando muitos dos trabalhadores rurais ficam sem emprego), militantes do MST e dirigentes sindicais realizaram a ocupação de um engenho improdutivo nesta cidade. Mesmo não tendo sucesso na reivindicação da área, aquela ocupação serviu como uma espécie de sinal para sindicalistas e trabalhadores rurais da região de que surgia uma alternativa aos modos já tradicionais de luta, tais como as greves e os processos judiciais.

Neste trabalho não poderei tratar dos pontos de vista dos trabalhadores rurais em relação às ocupações, mas creio que o trabalho de Sigaud (2001) forneça pistas suficientes para a compreensão do sentido de seu engajamento nesta novidade. Da perspectiva dos sindicalistas, a ocupação parece ter servido como um novo tempero às suas atividades, pois mesmo depois de despejados da primeira ocupação, o grupo manteve o acampamento em outras áreas, configurando o que Sigaud (op. Cit.) chamou de uma “saga” de ocupações, que, no ano de 1995, culminaram nas primeiras desapropriações de terra para fins de reforma agrária na região.

De fato, após esta primeira ocupação, os militantes do MST e dirigentes

sindicais daquela pequena cidade estabeleceram uma espécie de concorrência por áreas que estavam sem produzir. Neste período, Rio Formoso foi dividida em dois municípios (uma parte da cidade foi emancipada) e um novo sindicato foi formado com a liderança de um jovem sindicalista, oriundo da diretoria do sindicato antigo. Essa jovem liderança, que havia participado da primeira ocupação feita em conjunto com o MST, tornou-se o principal organizador de acampamentos da região e fez da reforma agrária sua principal marca⁵.

Entre 1992 e 1995 foram organizados acampamentos em outras cidades da Zona da Mata, alguns por sindicatos e outros pelo MST. Em 1993 a FETAPE, sob a luz dos eventos do ano anterior, alterou seus estatutos e, pela primeira vez em sua história, criou uma diretoria específica para tratar da reforma agrária. Segundo o dirigente que assumiu a diretoria de reforma agrária, sua pasta não significou muitas mudanças na perspectiva da FETAPE em relação às ocupações de terra. A atuação da federação teria se limitado a apoiar ou mediar as negociações nos acampamentos montados pelos sindicatos ou pelo MST. Segundo este mesmo senhor, os dirigentes mais antigos, a quem chamou de *históricos*, relutavam em associar a FETAPE às ocupações de terra. A reticência dos diretores mais antigos e do próprio presidente da federação concentrava-se no fato de que as ocupações, que eram consideradas ilegais e condenadas pelos principais jornais da região, romperiam com a tradição da federação de defender os trabalhadores dentro dos marcos legais.

A dificuldade da FETAPE em assumir a bandeira das ocupações também pode ser atribuída à novidade que as ocupações representavam para a região. Tratava-se de uma experiência inédita que na época ainda não havia produzido resultados satisfatórios⁶.

A posição cautelosa da FETAPE somente começou a se alterar a partir de 1995. Este ano parece sido decisivo para os propósitos tanto da FETAPE, como do MST. Numa das inúmeras manifestações conjuntas que as duas entidades promoveram, tendo sempre o MST à frente, a sede do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) foi ocupada. A demanda principal a ser atendida era a nomeação de um diretor permanente para o órgão, que se responsabilizasse pela implementação dos assentamentos de reforma agrária. A manifestação teria sido violentamente reprimida pela polícia, o que levou os dirigentes da FETAPE a retirarem os trabalhadores do local, enquanto os do MST permaneceram. Quando, horas depois de sua retirada, o presidente da república nomeou um novo superintendente para o cargo, os louros da conquista foram revertidos apenas para o MST.

Se até aquele evento o MST precisou se associar à FETAPE para garantir sua legitimidade, depois de ter saído “vitorioso” ao garantir a nomeação de um novo diretor, o movimento sentiu-se independente e abandonou o diálogo com a

federação⁷. Daquele momento em diante o MST intensificou as ocupações de terra por toda a Zona da Mata.

Não há como recuperar os dados de todas as ocupações de terra feitas nos primeiros anos da década de 1990. Também não existem registros confiáveis sobre quais seriam as organizações atuantes. Os dados da CPT, no entanto, indicam o ano 1995 como um marco na intensificação das ocupações na região. Vejamos a tabela 2:

Tabela 2

Número de ocupações de terras na Zona da Mata de Pernambuco 1993 –2000

Ano	Número de ocupações
1993	1
1994	6
1995	21
1996	57
1997	55
1998	76
1999	61
2000	87

Fonte: Comissão Pastoral da Terra 2003, Goiania.

No mesmo ano ocorreu outra eleição na FETAPE. O grupo *histórico* (dos dirigentes que participaram, das primeiras greves) foi, mais uma vez, vencedor e a principal alteração na composição da diretoria foi a mudança na secretaria de reforma agrária. O secretário anterior foi substituído por um sindicalista mais jovem, oriundo da cidade de Vitória de Santo Antão – a mesma das Ligas Camponesas. João Santos era, pelo menos, vinte anos mais novo do que os principais dirigentes. Ele era filho de um importante líder sindical dos anos sessenta e setenta. Foi funcionário da FETAPE entre o final dos anos oitenta e o início dos noventa, em um pequeno município da região. Naquela cidade conheceu alguns militantes do MST que organizavam um grande acampamento. Quando seu pai deixou a direção do sindicato, depois de várias décadas, ele foi indicado para substituí-lo. Eleito pela primeira vez em 1993, organizou logo a seguir a primeira ocupação de terras conduzida por um sindicato, sem a colaboração direta do MST.

João entrou para a FETAPE no final de 1996 e, já no início do ano seguinte, a federação passou a assumir publicamente a coordenação das ocupações de terra e acampamentos na região. Da mesma época data a criação da bandeira da FETAPE que passou a marcar, assim como já fazia a flâmula do MST, a filiação dos agricultores nos seus acampamentos. Sob a coordenação de João, a federação tratou de incorporar os símbolos que antes eram somente utilizados pelo MST, ampliando igualmente o leque de ações dirigidas à ocupação de

prédios públicos e, principalmente, da sede do INCRA em Recife.

Nesta época a FETAPE começou a disputar com o MST o número de áreas de acampamentos na região da Zona da Mata. No ano de 1997 a FETAPE realizou o mesmo número de ações que o MST na região metropolitana de Recife. Na Zona da Mata foi responsável por cerca de 30% das ocupações, enquanto o MST respondeu por 47% dos casos⁸.

Sob a batuta de João Santos, a FETAPE voltou novamente à vanguarda do sindicalismo rural brasileiro, tornando-se a primeira federação sindical do país a realizar ocupações de terra. Na esteira desse sucesso o presidente da FETAPE foi eleito para dirigir a CONTAG, ou seja, as ocupações teriam reforçado o reconhecido mérito do dirigentes pernambucanos.

Na eleição local seguinte, João Santos foi mantido no cargo de secretário de política agrária e intensificou ainda mais as ocupações de terra na região da Zona da Mata. O sucesso dessas, medido pela sua grande repercussão nos jornais, trouxe a FETAPE novamente à cena política de Pernambuco. No entanto, os feitos exaltados publicamente já não correspondiam aos feitos até então capitaneados pelo grupo *histórico*. Mesmo que tivessem apoiado a criação da secretaria de reforma agrária, os sindicalistas do grupo *histórico* nunca chegaram a participar efetivamente das ocupações, ou dos acampamentos promovidos por João Santos.

Conflitos internos

No ano de 2001 fui pela primeira vez a um evento promovido pela FETAPE em Pernambuco. Tratava-se de um encontro entre os dirigentes estaduais e os “delegados”, isto é, os representantes dos sindicatos nos locais de trabalho da região da Zona da Mata.

O evento era dedicado a organizar a pauta de reivindicações que a FETAPE entrega às entidades patronais em todo o mês de setembro, desde as greves de 1979. Esses encontros voltavam-se há décadas para os problemas relativos às condições de trabalho na lavoura da cana. Nessa ocasião, em especial, boa parte do tempo de debates entre os sindicalistas foi dedicada às estratégias de reivindicação que poderiam ser adotadas para a efetivação da demandas que estavam sendo formuladas. Naquele contexto chamava atenção a comparação constante entre as campanhas salariais (greves e direitos) e as lutas por reforma agrária (acampamentos).

Erguendo a primeira bandeira estavam os diretores da FETAPE que, na sua maioria, estiveram à frente das greves de 1979, e também das bem-sucedidas campanhas salariais dos anos oitenta, que elevaram a FETAPE ao patamar de principal federação do país. Suas manifestações lembravam os grandes feitos das décadas anteriores e cobravam dos mais jovens a continuidade daquelas

estratégias. As respostas dos mais jovens, sindicalistas que não haviam sido socializados no período das greves, era a condenação dos limites das estratégias passadas na sua utilização presente. Em seus discursos propunham que as lutas por salários deveriam ser pensadas no contexto da “crise” das usinas e, portanto, da própria atividade canavieira como centro da vida social da região.

O ápice da disputa entre os dois grupos ocorreu no momento em que o secretário de reforma agrária (ligado aos jovens) propôs a realização de uma manifestação pela desapropriação de terras em plena campanha salarial. A reação da maioria dos presentes foi indignada, pois, ao cabo, aquela proposta rompia com a mais forte tradição do sindicalismo da região que era a unidade de todos, mesmo os que eram considerados inimigos internos, ao tempo da campanha salarial. Não era possível que uns estivessem em uma frente de luta (a campanha salarial) e, outros frente a manifestações em torno da reforma agrária. Como resumiu um velho sindicalista: “reforma agrária tem o ano todo, mas campanha salarial somente em setembro”.

Se os procedimentos tradicionais não fossem tomados como uma obrigação quase natural por todos, a própria magia que animara a vida sindical nos últimos anos poderia ser desfeita. A campanha salarial estava, portanto, muito além de um mero instrumento reivindicativo que poderia ser medido por seus resultados práticos. Como alertou Sigaud (1986), o “ciclo de greves”, iniciado em 1979, mesmo que não tenha sempre alcançado avanços na regulação do trabalho, tratavam-se de momentos de “afirmação de identidade dos trabalhadores, do fortalecimento de sua unidade em torno de objetivos comuns. Um espaço privilegiado para a consagração do consenso [...]” (Sigaud, 1986: 328).

Embora as campanhas salariais não apresentassem a mesma eficácia prática de tempos anteriores, sua força residia na manutenção da crença que era nutrida a cada pronunciamento de um sindicalista mais antigo. Os feitos passados forneciam o combustível para o pertencimento a uma entidade que a cada dia via seus quadros encolherem, como podemos ver no depoimento de um dos sindicalistas que organizou a greve de 1979:

“Dirigente: Amanhã uma chapa só, porque não apareceu outra para disputar. Então aqui a diferença do sindicato que a gente tinha para o que a gente tem hoje é de 95%.

Entrevistador: O que mudou?

D: Nós temos 5% do que a gente tinha antes.

Entrevistador: Quais são os 5%?

D: Porque nós tínhamos, digamos assim, 3.500 associados. 3.500 associados. E agora nós temos ao todo 210.

Entrevistador: Duzentos e dez, só?

D: Associados em dia com o sindicato. A eleição de amanhã é só 260 pessoas que vai votar. Quem tinha 3.000, 3.000 e poucos associados, então isso caiu todas as rendas do sindicato. A gente não tem mais funcionários no sindicato. Não temos mais carro no sindicato. [...] Então a gente até dividiu o trabalho.

Entrevistador: Como é que foi?

D: Porque são três diretores. Eu trabalho segunda e terça, sozinho lá, fazendo tudo. Então o tesoureiro trabalha quarta e quinta, fazendo tudo. Agora na sexta é que junta nós três pra ver o que fica. Passou-se na semana. Que o presidente você sabe, tem que coordenar de qualquer maneira o que acontecer, tem que estar por dentro de tudo para fazer a coordenação.”

No entanto, essa fonte de orgulho que do passado lançava um raio de luz para iluminar a penumbra do presente tinha efeitos diversos para as distintas gerações de dirigentes. Os mais antigos se alimentavam de algo no qual foram socializados, ou seja, que realmente lhes tinha sido fundamental, até mesmo para chegarem à destacada posição social que ocupam hoje. Já para os mais jovens, que não viveram o tempo das greves e adentraram a vida sindical exatamente no momento em que a crise das usinas se intensificava, a memória não servia como alento. Ao contrário, a idealização do passado parecia reafirmar a falta de sentido presente daqueles rituais de conagração, como as campanhas salariais, por exemplo.

O relativo sucesso alcançado pelas reivindicações por reforma agrária pelo MST, mas principalmente por João Santos, que a cada dia ocupava mais espaço nos meios de comunicação com suas ocupações, serviu de farol aos que não encontravam rumo nas palavras dos mais velhos.

As disputas entre as gerações de sindicalistas que foram socializados em períodos distintos se intensificaram a medida que o tempo foi passando. Entre 2001 e 2003, acompanhei uma série de eventos públicos e privados envolvendo sindicalistas de todas as idades. Os mais velhos, sempre que tinham oportunidade, reafirmavam a importância das greves e da mesa de negociação como meios adequados para resolver os principais conflitos com o governo e com as entidades patronais. Ao mesmo tempo criticavam os mais jovens pela falta de temperança, pela forma dita aventureira e individualista como conduziam as reivindicações por reforma agrária. Por outro lado, os sindicalistas envolvidos com as ocupações de terra acusavam seus predecessores de não gostarem de conflitos e de estarem interessados apenas na manutenção de suas posições. Criticavam ainda o grupo *histórico* por não permitir a ascensão de sindicalistas mais jovens aos postos mais importantes da federação, ou seja, de ter monopolizado as posições de maior prestígio e poder.

De forma sintética foi se estabelecendo entre os grupos uma polarização com estes elementos:

Quadro 2

Oposições classificatórias entre as duas gerações de sindicalistas

Reforma Agrária	Lutas pelos direitos trabalhistas e outras
Jovens	Velhos
Presente	Passado
Ocupação	Negociação
Inexperiência	Experiência
Irresponsabilidade	Responsabilidade

Fonte: Pesquisa de Campo 2003.

As diferenças entre os *históricos* e o grupo ligado à secretaria de reforma agrária foram se acentuando a cada reunião da federação. Em determinado momento, as ocupações de terra ou de prédios públicos já não contavam com o apoio da direção *histórica* da FETAPE.

A última batalha

Em meio a esse processo teve lugar mais uma eleição para a direção da FETAPE em 2003. O grupo *histórico* formou sua chapa e a princípio excluiu o nome do secretário de reforma agrária. Neste momento, encontrei com João Santos que, muito emocionado, chegou às lágrimas quando falou de sua exclusão da chapa principal.

Deste conflito resultou a formação de duas chapas para a disputa da eleição. Uma formada pelo grupo *histórico*, que colocou no cargo principal um jovem sindicalista sem ligação com as ocupações de terra, e a outra formada por João Santos e pelo secretário de reforma agrária que o antecederá. A disputa novamente se concentrou na polaridade entre reforma agrária e lutas salariais, ou seja, entre uma postura dita combativa, associada com as ocupações, e uma conduta responsável e negociadora que não excluía a luta por reforma agrária, mas a realizaria em termos menos conflituosos.

A chapa *histórica* foi representada pela cor verde e a chapa de João Santos pela cor vermelha, transformando os significados populares de cada uma das cores - verde representando esperança e paz, e vermelho, o combate - na proposta de cada facção.

Menos que dividir a unidade tradicional do sindicalismo rural pernambucano, as evidências que colhi durante minha pesquisa apontam para o caráter renovador dos conflitos que se processaram nestes últimos anos no âmbito da FETAPE.

Para Durkheim (1995, XXXIV), “um grupo não é apenas uma autoridade moral que rege a vida de seus serem humanos, é também uma fonte de vida *sui generis*. Dele emana um calor que aquece ou reanima os corações, que os abre a

simpatia, que faz ruir os egoísmos”. Porém, como o mesmo autor adverte, este calor que dota de sentido a vida dos indivíduos muda de intensidade com o passar dos anos. A força da história, como processo contínuo de acumulação de experiência, colabora para que os indivíduos se diferenciem a partir de sua socialização. Naquela eleição eram visíveis as diferenças entre sindicalistas socializados em contextos distintos. Como vimos, no caso do congresso de delegados que acompanhei, a própria possibilidade de se recorrer a uma memória idealizada de sucesso no *tempo das greves* despertava sentimentos opostos entre os dirigentes sindicais do grupo histórico e do grupo de ascendente⁸. Para uns, servia de alento em um momento de incerteza e, para outros, demonstrava o descompasso entre as necessidades presentes e as realizações passadas.

As contendas entre o grupo *histórico* e o da reforma agrária animaram de tal forma a vida sindical de Pernambuco que produziram o maior congresso sindical de todos os tempos. Partidários de um grupo e de outro sentiram-se impelidos a estar fisicamente presentes no dia da eleição da nova diretoria. Vestindo suas camisas verdes ou vermelhas e entoando animados hinos ao som de pequenas orquestras, trabalhadores rurais de todas as partes do estado rumaram para Recife. Naquele momento, estava em jogo a afirmação moral daqueles que se sentiam mais próximos do tempo das greves, ou do tempo da reforma agrária.

Como em todas as eleições anteriores, o grupo *histórico* sagrou-se vencedor da disputa, porém, com uma diferença de votos menor que a de todas as eleições anteriores. Teria a reforma agrária sido derrotada?

Um novo começo

Como descrevi anteriormente, o final do período em que o candidato derrotado no último pleito ocupava a secretaria de reforma agrária foi marcado por uma série de conflitos entre seus simpatizantes e o grupo que aqui chamo de *histórico*. Um dos ícones de suas divergências eram justamente as ocupações da sede INCRA, que tinham se tornado uma rotina nos últimos anos. Consideradas por todos como uma das marcas dos novos tempos da FETAPE (do tempo da reforma agrária), as ocupações deste órgão federal foram, em todas as vezes que acompanhei, planejadas e executadas quase sem interferência da direção da Federação, que era comunicada da ação apenas na última hora. A alegada autonomia do grupo da reforma agrária incomodava os dirigentes mais antigos, tanto pelo fato de não participarem da decisão, como também por se tratar de um evento que, em muitos casos, colocava em cheque o próprio mito da FETAPE ser uma entidade que sabia negociar.

No entanto, o primeiro grande evento organizado pela FETAPE que acompanhei após a vitória do grupo histórico foi uma ocupação do INCRA pelos dirigentes do grupo histórico.

O que então teria levado o grupo que vencera a eleição da federação a lançar mão, meses depois da eleição, do mesmo artifício que em tempos passados havia sido tão criticado, ou seja, a realizar também uma ocupação do órgão federal? A resposta estava na própria ocupação que visitei dias depois.

A ocupação que tomava a sede do INCRA naquela manhã de segunda-feira guardava poucas semelhanças com os eventos que eu acompanhara nos anos anteriores. Se nos momentos passados a presença de uma pequena massa de trabalhadores rurais no pátio do instituto era sinônimo de tensão e conflito iminente, naquele evento de 2003 o clima era de festa. No pátio do órgão estava armada uma pequena feira composta por barraquinhas que vendiam produtos agrícolas, outras que ofertavam artesanato, e também por balcões das diversas ONG's que prestam assessoria à FETAPE. Havia ainda um carro de som e um trio de zabumba, sanfona e triângulo que animava o evento.

Esta disposição em nada lembrava as ocupações que eu havia presenciado anteriormente, fossem as organizadas pela FETAPE, pelo MST, ou por outros grupos. O arranjo estético distinto, ou seja, a disposição das pessoas ligadas à FETAPE nas dependências do INCRA, indicava sua organização para fora dos muros do órgão federal. No lugar das lonas pretas, das foices, pedaços de pau e enxadas, podiam ser vistos murais de cartolina com fotos e frases exemplares escritas com pincel atômico que lembravam os áureos tempos da FETAPE. Em meio a amontoados de mandioca, mulheres debulhando feijão de corda eram saudadas pelos líderes sindicais que circulavam por entre as barracas, declarando para todos ouvirem as benesses alcançadas com o trabalho na terra. O modelo do evento lembrava muito mais as assembléias que antecedem a campanha salarial, e os demais encontros que são promovidos pela federação para tratar de assuntos como a previdência social, por exemplo. Ao contrário das outras ocupações cuja intenção era surpreender os diretores do órgão para obrigá-los a permanecer no local e iniciar negociações extraordinárias, aquela ocupação tinha sido previamente agendada com a superintendência do INCRA, que reservara o dia para negociar com a FETAPE. Enquanto os trabalhadores (que nos eventos anteriores abarrotavam os corredores que davam acesso às salas de reunião) permaneciam do lado de fora, vendendo seus produtos ou engatando um fio de prosa com amigos de outras cidades ao som do forró, do lado de dentro dirigentes e assessores apresentavam sua pauta de reivindicações ao superintendente nomeado há poucos dias.

Além das diferenças simbólicas, chamava atenção a presença maciça de dirigentes, funcionários e assessores responsáveis por outras “frentes de luta”, como, por exemplo, educação e previdência social. Pela primeira vez, desde que havia iniciado minha pesquisa, encontrei, numa manifestação identificada explicitamente com a reforma agrária, dirigentes e ex-dirigentes do tempo das grandes greves participando efetivamente da animação dos trabalhadores e das

negociações com o superintendente.

A presença dos antigos diretores, do pessoal da animação, das diferentes secretarias e de praticamente todos os funcionários da FETAPE que estavam disponíveis naquele dia, definia claramente o sentido que o apelo à demanda pela reforma agrária, iniciada nas contendas com o MST, teve para o sindicalismo rural pernambucano.

Mesmo que o ato estivesse sendo organizado e animado pelos assessores e dirigentes que outrora organizavam as greves e campanhas salariais; mesmo que a disposição estética, assim como nas campanhas, exaltasse os feitos e as formas do passado; a manifestação pela reforma agrária tornara-se, sem dúvida, o *leitmotiv* da FETAPE naquele dia. As pessoas eram as mesmas, mas o simples fato de estarem ocupando uma arena anteriormente interdita àqueles identificados com as greves indicava a importância da mudança.

Para os homens e mulheres que se aglomeravam na sede do INCRA e que cotidianamente conformam e reafirmam o espírito do sindicalismo rural em Pernambuco, o ingresso nas contendas relativas à questão agrária parece ter permitido a própria possibilidade de continuidade de suas atividades.

Articulando determinações

Como vimos, até o presente momento, a pesquisa apontou para uma articulação entre diversos determinantes para a renovada força e significação do sindicalismo rural em Pernambuco, dentre os quais se destacam: a crise do complexo agroindustrial canavieiro, o conflito geracional, e a concorrência entre a FETAPE e o MST.

Creio que seja impossível determinar sociologicamente o peso exato de cada uma destas variáveis no decorrer do processo de intensificação das ocupações de terra - mesmo porque, ao procurar aferir o peso exato, estaríamos isolando um elemento que somente existe em relação com outros. Este procedimento, muito usado na sociologia, tende, no entanto, a privilegiar uma lógica analítica que opera por meio da desarticulação dos fatos sociais, em detrimento da própria lógica dos processos, ou seja, da lógica da interação ou da síntese (Marx, 1978 e Elias, 1997).

Se, ao longo da pesquisa, emergiram certas características que nos pareceram mais importantes, como a crise econômica, os conflitos geracionais, nos resta aqui compreender como esses elementos relacionados uns com os outros repercutiram sobre o mais tradicional sindicalismo rural do Brasil.

A crise do complexo sucro-alcooleiro pode ser atestada pelo fechamento de

algumas das principais usinas de beneficiamento da região e pela redução substantiva do número de trabalhadores rurais empregados nesta atividade social. Cronologicamente podemos localizar a “crise” nos primórdios do processo de mudança nas formas de reivindicação. No entanto, não existe qualquer evidência de que esta crise tenha levado diretamente às reivindicações e ocupações de terra. Como me referi anteriormente, a lavoura canavieira de Pernambuco atravessou dificuldades em diversos outros momentos ao longo dos últimos quatro séculos sem que a reforma agrária fosse vista como uma alternativa⁹. Outro elemento que ajuda a afastar o determinismo econômico como motor da mudança social é a própria história das reivindicações por terra naquela região. As Ligas camponesas, por exemplo, reconhecidas como um dos mais importantes movimentos que reivindicaram a posse da terra para os trabalhadores rurais, tiveram sua gênese associada a um momento de grande prosperidade da indústria canavieira – nos anos sessenta - no qual os foreiros foram ameaçados de expulsão para que suas terras fossem também aproveitadas para o cultivo da cana, ou seja, num contexto oposto ao que se viu nos anos noventa.

A conduta inicial dos sindicatos de trabalhadores rurais frente ao processo de fechamento de diversas usinas também nos ajuda a desmistificar tal associação. No período de menor produção, entre 1990 e 1994, foram realizadas diversas reuniões para se avaliar as possíveis alternativas à crescente demissão de trabalhadores rurais. Um desses encontros foi o “Seminário Regional: Crise e reestruturação no complexo sucro-alcooleiro do nordeste”, realizado em 1993, com apoio da FETAPE, em cujos anais podemos encontrar diversos depoimentos de sindicalistas sobre a visão desse processo no momento exato em que ele ocorria. Nenhum deles, como veremos no depoimento abaixo, aludia à possibilidade de uma estratégia calcada apenas na reivindicação da desapropriação das terras:

“Do outro, há uma parte [dos trabalhadores rurais] que tem uma experiência da pequena produção, do arrendamento, do foreiro, de coisas assim, mas os seus filhos hoje quase não passaram por estas experiências, assumem o assalariamento. Diante disso, como discutir reforma agrária num contexto desse?” (Assessor Sindical no Seminário de 1993)

Diante da insolvência dos empresários, a avaliação mais comum entre sindicalistas e seus assessores apontava para a necessidade da manutenção das lutas por direitos trabalhistas que estavam sendo constantemente desrespeitados pelos patrões. A crise foi, a princípio, interpretada como uma estratégia patronal para aumentar seus lucros.

Tal avaliação foi adotada por muitos dos sindicatos, cuja atitude inicial foi defender a manutenção dos empregos na justiça do trabalho, exigindo que os empregadores cumprissem suas obrigações legais, principalmente pagando as multas pela demissão injustificada de trabalhadores¹⁰.

Outro ponto que também chama a atenção é o fato de que a intensificação

das ocupações de terra, principalmente por parte dos sindicatos, tenha se dado a partir de 1995 e, principalmente em 1996, no momento em que a produção de cana voltou a crescer consideravelmente. Ou seja, cai por terra a associação direta entre crise na produção e mudanças nas condutas dos sindicatos.

Pelo que vimos até o momento, a “crise” da atividade canavieira teria influenciado somente de forma indireta para a entrada do sindicalismo no mundo das ocupações. Sua maior contribuição parece ter sido disponibilizar uma grande massa de trabalhadores e, mais ainda, justificar ideologicamente a atuação dos sindicatos nesta outra seara. Em todas as entrevistas que realizei com sindicalistas e assessores, a crise sempre foi a justificativa oficial para a reivindicação da reforma agrária. Abaixo apresento alguns trechos de entrevistas em que este tipo de justificação se destaca:

“Entrevistador: Eu queria começar sabendo de você como essa demanda da reforma agrária chegou aqui?

Assessor: É uma história antiga[...] Já vem da fase anterior a Julião, mas intensifica-se com ele no Engenho Galiléia em Vitória. Também se liga com a história dos sindicatos... no processo de consolidação dos sindicatos na Zona da Mata e passa a ter uma ênfase mais forte para o final da década de 80 e durante todo os 90 quando coincidem algumas mudanças dentro de Pernambuco, no país e fora do país. A mais sensível e a mais evidente delas é o início da deterioração da economia sucro-alcooleira. A mudança no regime de subsídios que sustentou essa economia por durante muitos anos. (Assessor Jurídico da FETAPE em setembro de 2001).

[...]

Presidente: Tivemos 240 mil trabalhadores aqui, hoje nós temos na faixa de 100 mil. A maior parte são contratados temporários. Só alguns sindicatos que começaram a entender que tem que mudar.
(Presidente da FETAPE em setembro de 2001).

[...]

Entrevistador: Quando que surgiu esta coisa de acampamentos aqui na região?

Dirigente: No ano de 93, 94 mais ou menos nessa época surgiu esse primeiro acampamento, ms surgiu da necessidade dos trabalhadores por conta das demissões em massa das empresas, do desemprego desenfreado e fome que estava batendo solta.

(Ex-presidente de sindicato na parte sul da Zona da Mata em maio de 2002).

[...]

Dirigente: Essa crise no setor desestabilizou alguns sindicatos [...] Aqueles sindicatos que as empresas ainda se manteram bem, viveram bem, eles estão ainda com o potencial os trabalhadores trabalhando [...] Mas aqui onde tem problema, naquele município que a empresa faliu, está pré-falida a situação é mais complicada. É tal que você há uns dez anos para traz você falar de reforma

agrária na zona canavieira era difícil, era problemático você convencer um trabalhador para ele sair do salário, para ir pegar um pedaço de terra. Você contava nos dedos alguns que queriam... Agora, de uns cinco seis anos pra cá ficou mais fácil você fazer um trabalho de conscientização da terra. Em determinado momento o pessoal ficou sem opção. Ele procura e não encontra.
Entrevistador: Não tem o que fazer?

Dirigente: Não tem o que fazer vai brigar pela terra.”

A crise como mito

Por meio das entrevistas e dos materiais de arquivo foi possível notar que a justificativa das ocupações pela crise é uma elaboração realizada depois do início do processo e encontra ressonância na atividade sindical porque, entre outras coisas, é coerente com o tipo de intermediação entre capital e trabalho realizada pelos sindicatos. No entanto, como vimos anteriormente, não foram os dirigentes que organizaram as primeiras ocupações de terras feitas pelos sindicatos.

A existência de uma crise estabeleceu as condições para a criação uma nova possibilidade para que os jovens sindicalistas pudessem se contrapor à ordem hierárquica até então vigente, desde as greves de 1979. Os problemas práticos passaram a ser enfrentados nos primeiros anos da década de noventa, quando a tradicional prática de “botar na justiça” não surtiu os efeitos que dela esperavam os sindicalistas mais experientes. Essas investidas frustradas renunciaram muito mais do que o esgotamento de uma “frente de luta”. Pela primeira vez em muitos anos foi possível aventar a possibilidade de estar se encerrando o ciclo político da geração das greves .

No entanto, foi por obra de um dos velhos sindicalistas (o dirigente de Rio Formoso) que os sindicatos se aproximaram do MST. Ao abrigar nas suas dependências os jovens militantes que vinham de outros estados, aquele dirigente sindical proporcionou um novo espaço de socialização e, por conseguinte, de aprendizado de novas formas de reivindicação para um grupo de jovens sindicalistas rapidamente seduzidos pela bandeira das ocupações.

Em contextos favoráveis, como o do sindicato de Rio Formoso, que se dividiu em dois, foi possível manter a relação intergeracional sem que o conflito pelo mecanismo de poder se estruturasse de fato, pois havia lugar para todos, diferentemente do que ocorreu na FETAPE, cuja diretoria não podia fortalecer novos integrantes sem prejudicar os dirigentes mais velhos. Como aponta Sigaud (2001), foram esses jovens sindicalistas, radicados posteriormente no recém-constituído sindicato da cidade de Tamandaré, que passaram efetivamente a disputar áreas improdutivas com o MST.

Como assinalai acima, o congresso de delegados sindicais que assisti foi marcado pela cisão entre os diretores mais antigos, que defendiam a valorização da memória das grandes greves e os mais jovens, que a todo momento

lembravam que “a luta agora é outra”. As dicotomias entre passado e futuro, e lutas por terra versus lutas por direitos, também se ancoravam na alegada perda de eficácia das greves como estratégias de reivindicação durante a crise dos anos noventa. Segundo pesquisadores que acompanharam o mesmo evento em anos anteriores, os *atos de contar a história* (encenados pelos antigos sindicalistas) não ocupavam tanto espaço como quando do evento que assisti. Essa informação reforça a hipótese de que a ênfase nas dicotomias entre passado e presente, tanto de um lado, como de outro, serviu para anunciar um embate que se estruturava cotidianamente nos corredores da FETAPE. Naquele momento específico, a concorrência com o MST que incitara a criação e fortalecimento da secretaria de reforma agrária e, daí por diante, os primeiros acampamentos promovidos pela federação, já não era o carro-chefe que contribuía para a intensificação cada vez maior das ocupações de terra da FETAPE. A concorrência havia penetrado no seio da própria federação e havia se radicado entre os jovens sindicalistas, que ao organizarem ocupações de terras buscavam angariar novos simpatizantes para, desta forma, aumentar seu poder dentro da federação.

Como adverte Norbert Elias, “seria igualmente simplista incriminar as gerações mais velhas, detentoras das posições mais elevadas de carreira e do *establishment*, por restringir o acesso de pessoas mais jovens às desejadas oportunidades de vida em longos períodos [...]” (1987:221-222). Os intensos dramas sociais que vivenciei na região mais tradicional do sindicalismo rural brasileiro não foram fruto de uma estratégia perversa elaborada pelos sindicalistas mais antigos.

Os diretores do tempo das greves haviam construído uma carreira na qual sua história de vida era a história do sindicalismo rural. Todos eles entraram para os sindicatos municipais, e depois para a FETAPE, ainda muito jovens, e dedicaram suas vidas aos combates contra uma das mais poderosas oligarquias do país. Como recompensa receberam remunerações acima da média para um trabalhador rural e, mais do que isto, a admiração e gratidão de milhares de trabalhadores que passaram a desfrutar de direitos que lhes foram historicamente negados. Numa sociedade individualizada, na qual o reconhecimento individual é dado pela interdependência entre os sujeitos sociais, deixar uma posição social que provia a vida de pessoas comuns de um sentido especial não foi tarefa simples. Para os diretores que conheci, perder seu lugar na FETAPE era perder seu lugar no mundo. Era destituir-se do próprio sentido de suas vidas.

Não foi outra a sensação de que me transmitiu o jovem João Santos quando, ao ver que seu nome não seria incluído na chapa favorita, percebeu que sua ascensão social na FETAPE estava bloqueada pelos mais velhos, se derramando em lágrimas diante de um desconhecido pesquisador. A partir do contato com o MST, João aos poucos foi construindo, dentro do sindicalismo, uma reputação cujo símbolo maior eram as ocupações de terra. Foi estando presente nas marchas e ocupações que ele ganhou as páginas dos principais jornais do país ao tornar-se um dos primeiros sindicalistas a adotar as ocupações como instrumento para realização de reforma agrária. Ele, assim como seus

companheiros do tempo das greves, tornou-se um indivíduo especial que detinha uma certa possibilidade de decisão sobre a vida de muitos trabalhadores rurais de sua região.

Levando em consideração o caráter coletivo desses dramas individuais, percebemos o quão importante foi a experiência de contanto e concorrência do sindicalismo rural pernambucano com o MST. Filhos de contextos políticos distintos, estes dois tipos de organização compartilharam na região canavieira de Pernambuco um importante processo de mudança social. Se no começo o MST parecia estar mais adaptado à crise, logo a seguir, os sindicatos trataram de dar sua resposta na mesma moeda, e com a vantagem de estarem organizados há muito mais tempo.

Neste artigo tratei apenas dos efeitos que este movimento constante de ação e reação teve para o sindicalismo, mas o contrário poderia também ter sido feito, pois em nenhuma outra parte do Brasil o MST encontrou uma concorrência tão forte. A partir do ponto de vista dos próprios sujeitos que vivenciaram os processos sociais, e não de uma perspectiva teórica exterior ao processo social, do desvelamento de seus dilemas e contradições, foi possível compreender o sentido renovador desta experiência para a atividade sindical na região. Renovador não como uma oposição entre velhas e novas formas de ação, mas como um modo de reanimar o mundo social dos sindicalistas.

O espelho do MST estabeleceu a possibilidade criação de uma nova oportunidade para os jovens que se especializaram numa função que não era prestigiada pelos dirigentes mais antigos, permitindo que viessem a ser reconhecidos através das lutas por reforma agrária.¹² Para o grupo *histórico*, a concorrência com o MST e com uma geração mais nova permitiu a incorporação de novos métodos de reivindicação e, mais do que isto, talvez tenha representado a continuidade do reconhecimento público de sua importância numa época de intensa desregulamentação de direitos trabalhistas antes considerados fundamentais¹⁴.

Conclusão

Em um momento histórico no qual a Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra se impõe a sociedade brasileira como o principal sujeito das reivindicações de cunho agrário, torna-se premente uma análise do impacto desse fenômeno no sindicalismo rural, que outrora ocupou com destaque este papel. Este trabalho procurou pensar esta relação a partir das suas determinações em diferentes escalas, privilegiando a compreensão do ponto vista do envolvidos na mudança, ou seja, dos próprios sindicalistas.

Além de negar a naturalidade das dicotomias sociológicas que costumavam polarizar lutas por terra e lutas por salários, os fenômenos observados na Zona da Mata de Pernambuco nos últimos anos, nos mostram a importância de se ter em conta que estas instituições são formadas por indivíduos, cujo conjunto de

distintos interesses conformam os sentidos das ações mais amplas daquilo que conhecemos por sindicalismo. Através do método de análise que privilegiou o acompanhamento sistemático dos eventos promovidos pela FETAPE, percebemos que a adesão desse tradicional pólo de defesa dos trabalhadores rurais ao modelo forjado pelo MST refletiu não apenas as mudanças estruturais da sociedade brasileira. O processo de mudança foi guiado também pela estruturas internas da formação sindical, e por suas condições históricas de reprodução.

Assim vimos que aquilo que se manifesta exteriormente como uma mudança no sindicalismo foi, mais objetivamente, uma alteração na distribuição de poder dentro da federação de trabalhadores rurais mais importantes do país. A relação entre processos internos (conflitos geracionais) e externos (crise econômica e emergência de novas organizações) possibilitou a unificação de um grupo em torno da demanda por reforma agrária, e reforçou a associação entre os sindicalistas mais velhos e as lutas salariais. O conflito entre novas e velhas formas de organização e lutas política, que num primeiro momento poderia ser visto como prejudicial à unidade federação, contribuiu para que o sindicalismo rural voltasse a ocupar um papel destacado na representação dos trabalhadores rurais da região, ao incorporar seletivamente formas e pautas de reivindicação forjadas por outros grupos sociais. Por fim, a FETAPE não se transformou num movimento social como o MST, ao contrário, a pesquisa demonstrou que os sujeitos e as formas e tradicionais de se fazer política no campo podem incorporar novas demandas sem perder sua identidade histórica, ou seja, sem deixarem de ser um sindicato.

Bibliografia

- Borges, Antonádia 2003 *Tempo de Brasília: etnografando lugares-evento da política* (Rio de Janeiro: Relume Dumará).
- Camargo, Aspásia 1973 *Brésil nord-est: mouvements paysans et crise populiste*. Tese de Doutorado, Universidade de Paris.
- Cardoso, Adalberto 1993 *A década neoliberal e a crise dos sindicatos no Brasil* (Boitempo, São Paulo).
- Durkheim, Émile 1995 *Da divisão do trabalho social* (São Paulo: Martins Fontes).
- Elias, Norbert 1997 *Os alemães: a luta pelo poder e a evolução do habitus nos séculos XIX e XX* (Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editores).
- Elias, Norbert 1998 *Envolvimento e alienação* (Rio de Janeiro: Bertrand Brasil).
- Julião, F. (editor) 1969 “Ligas camponesas, outubro 1962 – abril 1964” in *Cuadernos CIDOC* (Cuernavaca, Mexico) N° 27.
- Mannheim, Karl 1972 “The problem of generations” in *Essays on the Sociology of Knowledge* (London: Routledge & Keagan).
- Marx, Karl 1857 (1978) “Introdução à crítica da economia política” in Giannotti, José (organizador) *Marx, Coleção Os pensadores* (São Paulo: Abril Cultural).
- Mayburry-Lewis, B. 1991 “The politics of possible: the growth and the political development of the Brazilian rural workers, Trade Union Movement, 1964-1985”.
- Palacios, Guillermo 1997 *Cultivadores libres, estado y crisis de esclavitud en Brasil en la época de la revolución industrial* (México: Fondo de Cultura Económica).
- Palmeira, Moacir 1979 “Desmobilização e conflito: relações entre trabalhadores e patrões na agroindústria Pernambucana” em *Revista de Cultura e Política*(São Paulo) N° 1, V. 1.
- Pialoux, Michel e Weber, Florence 1991 “Crise du syndicalisme et dignité ouvrière” em *Politix* (Paris) N° 14.
- FETAPE 1993 “crise e reestruturação no complexo sucro-alcooleiro do nordeste”. Seminário Regional (Recife) .
- Sigaud, Lygia 1980 *Greve nos engenhos* (Rio de Janeiro: Paz e Terra).
- Sigaud, Lygia 1986 “A luta de classe em dois atos: notas sobre um ciclo de greves camponesas” em *Dados* (Rio de Janeiro) V. 29, N° 3.
- Sigaud, Lygia 1996 “Direito e coerção moral no Mundo dos Engenhos” em *Estudos Históricos* (Rio de Janeiro) N° 18.
- Sigaud, Lygia 2001 “Histories de campements” em *Cahiers du Brésil Contemporain* (Paris) N° 43/44.
- Silva, José 1997 *Limites do sindicalismo rural frente à luta pela terra: o caso do Engenho Panorama em Timbaúba – PE. Período entre 1961 e 1996*. Dissertação de Mestrado em Administração Rural da UFRPE, Recife
- Tavares, Ricardo 1992 “CONTAG, da ditadura à transição; memória social e construção política do “campesinato””. Dissertação de Mestrado. Rio de Janeiro.

Notas

* Doutor em Sociologia pelo IUPERJ, Brasil. Professor do Departamento de Sociologia e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Direito na Universidade Federal Fluminense – UFF, Niterói, Brasil.

¹ Sem ficar, entretanto, imunes às críticas de setores da esquerda que gostariam de ver, acrescida à luta desses trabalhadores, reivindicações por reforma agrária.

² Nesta mesma época já havia, principalmente nos estados do sul do Brasil, uma federação de trabalhadores e lavradores chamada ULTAB (União dos Trabalhadores e Lavradores Agrícolas do Brasil) que fora criada sob influência direta do Partido Comunista Brasileiro.

³ Palmeira (1979) chama atenção para o processo de especialização entre as Ligas e os sindicatos.

⁴ Segundo dados do Jornal do Comércio, edição de 25/06/2000.

⁵ No Brasil a demissão de um funcionário sem justificativa obriga o patrão ao pagamento de uma multa.

⁶ Dados comprovados pelos pedidos de desapropriação de terras solicitados ao INCRA.

⁷ Lembro que as primeiras desapropriações realizadas pelo governo federal datam do ano de 1995, ou seja, dois anos depois da implantação da secretaria de reforma agrária na FETAPE.

⁸ Segundo dados de entrevista com lideranças do MST.

⁹ Segundo dados do INCRA para 1997.

¹⁰ Sobre os sentidos morais das disputas eleitorais ver Borges (2003).

¹¹ Ver, por exemplo, o trabalho de Palácios, 1997.

¹² Trabalho clandestino é aquele no qual o patrão não paga ao trabalhador seus direitos legais.

¹³ Na última eleição foi criada uma secretaria somente para tratar de questões relativas aos jovens, demonstrando que as demandas dos derrotados foram também absorvidas.

¹⁴ Sobre algumas das conseqüências recentes da desregulamentação do trabalho no Brasil ver Cardoso (2003)